

NEWS WEB JORNALISMO

03 • DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
Defensoras lançam livros com temas relacionados à atuação da Defensoria Pública

<http://www.defensoria.ce.def.br/noticia/defensoras-lancam-livros-com-temas-relacionados-a-atuacao-da-defensoria-publica/>

04 • MAIS PB
Defensoria é aprovada por 78% da sociedade

<https://www.maispb.com.br/430307/defensoria-e-aprovada-por-78-da-sociedade.html>

• PARLAMENTO PB
Registro de intolerância religiosa este ano já é maior que em 2018 na Paraíba

<https://parlamentopb.com.br/registro-de-intolerancia-religiosa-este-ano-ja-e-maior-que-em-2018-na-paraiba/>

• PORTAL JURISTAS
Pesquisa FGV/AMB: 78% da sociedade aprova atuação da Defensoria Pública

<https://juristas.com.br/2019/12/04/188883/>

• CÂNDIDO NÓBREGA
Pesquisa FGV/AMB: 78% da sociedade aprova atuação da Defensoria Pública

<http://www.candidonobrega.com.br/artigo/8143/2019/12/04/pesquisa-fgv-amb-78-da-sociedade-aprova-atuacao-da-defensoria-publica>

TJPB sequestra R\$ 95 mil do Estado para garantir procedimento cirúrgico em idoso

<http://www.candidonobrega.com.br/artigo/8142/2019/12/04/tjpb-sequestra-r-95-mil-do-estado-para-garantir-procedimento-cirurgico-em-idoso>

05 • MAIS PB
Intolerância religiosa cresce na Paraíba

<https://www.maispb.com.br/430624/aumentam-casos-de-intolerancia-religiosa-na-paraiba.html>

05 • PARAÍBA.COM
Cresce número de casos de intolerância religiosa na Paraíba

<http://paraiba.com.br/2019/12/05/cresce-numero-de-casos-de-intolerancia-religiosa-na-paraiba/>



Pesquisa FGV/AMB: 78% da sociedade aprova atuação da Defensoria Pública

<http://paraiba.com.br/2019/12/05/pesquisa-fgv-amb-78-da-sociedade-aprova-atuacao-da-defensoria-publica/>

• PORTAL CORREIO
Intolerância religiosa cresce e ano já acumula 123 casos na Paraíba

<https://portalcorreio.com.br/intolerancia-religiosa-cresce-paraiba/>

• PARAÍBA ONLINE
Audiência pública no MPPB vai discutir violência contra a mulher

<https://paraibaonline.com.br/2019/12/audiencia-publica-no-mppb-vai-discutir-violencia-contr-a-mulher/>

• PORTAL JURISTAS
Registro de intolerância religiosa este ano já é maior que em 2018; DPE-PB fortalece defesa das vítimas

<https://juristas.com.br/2019/12/05/registro-de-intolerancia-religiosa-este-ano-ja-e-maior-que-em-2018-dpe-pb-fortalece-defesa-das-vitimas/>

• PARAÍBA RÁDIOBLOG

Órgãos convocam audiência pública sobre liberdade de cátedra na Paraíba

<https://www.paraibaradioblog.com/2019/12/05/orgaos-convocam-audiencia-publica-sobre-liberdade-de-catedra-na-paraiba/>

• TÁ NA ÁREA

Pesquisa FGV/AMB: 78% da sociedade aprova atuação da Defensoria Pública

<https://www.tanaarea.com.br/cotidiano/pesquisa-fgv-amb-78-da-sociedade-aprova-atuacao-da-defensoria-publica/>

• CÂNDIDO NÓBREGA

Registro de intolerância religiosa este ano já é maior que em 2018; DPE-PB fortalece defesa das vítimas

<http://www.candidonobrega.com.br/artigo/8146/2019/12/05/registro-de-intolerancia-religiosa-este-ano-ja-e-maior-que-em-2018-dpe-pb-fortalece-defesa-das-vitimas>

• PARAÍBA.COM

06 Registro de intolerância religiosa este ano já é maior que em 2018; DPE-PB fortalece defesa das vítimas

<http://paraiba.com.br/2019/12/06/registro-de-intolerancia-religiosa-este-ano-ja-e-maior-que-em-2018-dpe-pb-fortalece-defesa-das-vitimas/>

• PB AGORA

07 Orla de JP terá caminhada contra a violência às mulheres neste domingo

<https://www.pbagora.com.br/noticia/paraiba/orla-de-joao-pessoa-tera-caminhada-contra-a-violencia-as-mulheres-neste-domingo/>

• PORTAL T5

10 Lei fixa normas sobre informações obrigatórias nos portais de transparência da PB

<https://www.portalt5.com.br/noticias/paraiba/2019/12/277031-lei-fixa-normas-sobre-informacoes-obrigatorias-nos-portais-de-transparencia-da-pb>

• REPÓRTER PB

Sede da Defensoria Pública do Estado é ponto de coleta da campanha Natal sem Fome

<https://www.reporterpb.com.br/noticia/gerais/2019/12/10/sede-da-defensoria-publica-do-estado-e-ponto-de-coleta-da-campanha-natal-sem-fome/97729.html>

• PARAÍBA.COM

11 Em nota, OAB-PB repudia grupo Porta dos Fundos por afronta a fé cristã; confira

<http://paraiba.com.br/2019/12/11/em-nota-oab-pb-repudia-grupo-porta-dos-fundos-por-afronta-a-fe-crista/>

• OAB PARAÍBA

Em nota, OAB-PB repudia grupo Porta dos Fundos por afronta fé cristã

<http://portal.oabpb.org.br/exibe-noticia.php?codigo=10787>

• PB AGORA

Paraíba recebe selo de práticas inovadoras com 'Programa Mulher Protegida'

<https://www.pbagora.com.br/noticia/paraiba/paraiba-recebe-selo-de-praticas-inovadoras-com-programa-mulher-protegida/>

• PLENO NEWS

Em nota, OAB-PB repudia vídeo do Porta dos Fundos

<https://pleno.news/entretenimento/oab-pb-publica-nota-de-repudio-sobre-porta-dos-fundos.html>

• PORTAL T5

OAB-PB emite nota de repúdio contra especial de natal do Porta dos Fundos na Netflix

<https://www.portalt5.com.br/noticias/paraiba/2019/12/277629-oab-pb-emite-nota-de-repudio-contra-especial-de-natal-do-porta-dos-fundos-na-netflix>

• JORNAL DA PARAÍBA

12 Opinião: 'Ao criticar o Porta dos Fundos, OAB-PB assume papel de censor'

<http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/opiniao-ao-criticar-o-porta-dos-fundos-oab-pb-assume-papel-de-censor.html>

• EXPERIÊNCIA JURÍDICA

13 TCE-PB publica acórdão sobre aprovação das contas de Madalena Abrantes

<http://experiencijuridica.com.br/tce-pb-publica-acordao-sobre-aprovacao-das-contas-de-madalena-abrantes/>

• PARAÍBA.COM

Convênio entre DPE-PB e MPPB agilizará demandas envolvendo investigação de paternidade

<http://paraiba.com.br/2019/12/13/convenio-entre-dpe-pb-e-mppb-agilizara-demandas-envolvendo-investigacao-de-paternidade/>

• REPÓRTER PB

Convênio entre DPE-PB e MPPB agilizará demandas envolvendo investigação de paternidade

<https://www.reporterpb.com.br/noticia/gerais/2019/12/13/convenio-entre-dpe-pb-e-mppb-agilizara-demandas-envolvendo-investigacao-de-paternidade/97870.html>

• PORTAL T5

Ataques a religiões de matriz africana representam 75% dos casos de intolerância religiosa na Paraíba

<https://www.portalt5.com.br/noticias/paraiba/2019/12/278138-ataques-a-religoes-de-matriz-africana-representam-75-dos-casos-de-intolerancia-religiosa-na-pb>

• MPT-PB

MPT, MPF, MP-PB, Defensoria Pública e OAB realizam audiência sobre liberdade de cátedra

<http://www.prt13.mpt.mp.br/2-uncategorised/970-mpt-mpf-mp-pb-defensoria-publica-e-oab-realizam-audiencia-sobre-liberdade-de-catedra>

• JORNAL DA PARAÍBA

Reconhecimento de paternidade via Defensoria Pública deve ficar mais ágil na Paraíba

http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/reconhecimento-de-paternidade-via-defensoria-publica-deve-ficar-mais-agil-na-paraiba.html

15

• DIÁRIO DA PB

Investigação de paternidade será agilizada pela Defensoria Pública da Paraíba

<https://diariodapb.com.br/investigacao-de-paternidade-sera-agilizada-pela-defensoria-publica-da-paraiba/>

24

• G1 PB

Governador da PB veta programa de reeducação do agressor de violência doméstica

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/12/24/governador-da-pb-veta-programa-de-reeducacao-do-agressor-de-violencia-domestica.ghtml>

26

• PB NEWS

Calendário do Judiciário estadual de 2020 inclui Dia Nacional da Defensoria Pública

<https://pbnews.com.br/cidades/2019/12/calendario-do-judiciario-estadual-de-2020-inclui-dia-nacional-da-defensoria-publica.html>

27

• G1 PB

Comissão de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade é criada pelo Governo da Paraíba

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/12/27/comissao-de-prevencao-a-violencia-no-campo-e-na-cidade-e-criada-pelo-governo-da-paraiba.ghtml>

• MAIS PB

PB tem comissão para mediar conflitos de terras

<https://www.maispb.com.br/436079/governo-do-estado-cria-comissao-para-mediar-conflitos-de-terras-na-pb.html>

• JORNAL DA PARAÍBA

Lei cria Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade na Paraíba

http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/leia-cria-comissao-estadual-de-prevencao-violencia-no-campo-e-na-cidade-na-paraiba.html

• PORTAL CORREIO

Os vergonhosos e absurdos casos de violência contra mulher na PB

<https://portalcorreio.com.br/os-vergonhosos-e-absurdos-casos-de-violencia-contramulher-na-pb/>

APÓS AGREGAÇÃO DE COMARCAS

Pleno aprova cessão de imóveis

O Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba aprovou protocolos de intenção, assinados pelo presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, para cessão de uso de imóveis do Judiciário que estão sem utilização por causa da recente agregação de 15 comarcas. Convênios foram firmados com os Municípios de Malta, São Mamede, Bonito de Santa Fé e Santana dos Garrotes, além da Polícia Militar.

Em São Mamede, o antigo fórum será utilizado, temporariamente, como anexo de uma escola municipal, ampliando o número de vagas. Em Santana dos Garrotes, haverá a

instalação de um Centro de Atenção Psicossocial (Caps) no imóvel em que era a casa do juiz e, no antigo fórum, a sede da Prefeitura. Em Malta, em um dos imóveis (casa de juiz e antigo fórum) será instalada a Defensoria Pública.

No Município de Bonito de Santa Fé, cuja comarca foi agregada à de São José de Piranhas, o antigo fórum dará lugar à sede da Secretaria de Educação. Em relação a Arara, a estrutura do fórum servirá de base da Unidade de Policiamento Ostensivo. Ao defender a cessão de uso, Márcio Murilo afirmou que a ideia é não se desfazer dos imóveis, visto que as comarcas



EDNALDO ARAÚJO

Pleno. Márcio Murilo apresentou projeto para uso de imóveis

não estão sendo extintas, apenas desinstaladas e agregadas.

Com o objetivo de definir o uso de imóveis do Judiciário, principalmente nas comarcas que foram agregadas a comarcas vizinhas, o presidente Márcio Murilo editou a Portaria nº 2.788, que criou a Comissão

de Destinação de Imóveis não utilizados pelo TJPB, coordenada pelo desembargador João Benedito da Silva. A Comissão tem como membros, ainda, os juízes auxiliares da Presidência e da Vice-presidência do TJPB, respectivamente, Gustavo Procópio e Herbert Lisboa.

Intolerância religiosa este ano já é maior que em 2018

DPE-PB fortalece defesa das vítimas e Núcleo de Direitos Humanos agora conta com uma defensora para atuar nestes casos

O número de casos envolvendo intolerância religiosa registrado pelo Fórum Paraibano da Diversidade Religiosa até o mês de novembro deste ano na Paraíba já é maior do que 2018. Preocupada com esse aumento e atendendo a uma solicitação de representantes de várias crenças, a Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB), por meio do Núcleo Especial de Direitos Humanos (Necid), agora conta com uma defensora pública para atuar nestes casos e fortalecer a luta em defesa da liberdade de expressão religiosa.

A defensora pública Lycia Maria Pereira do Nascimento foi apresentada oficialmente na última quinta-feira (28) pelo defensor público-geral da Paraíba, Ricardo José Costa Souza Barros. Ela atenderá no Necid, localizado na Rua Monsenhor Walfredo Leal, 487. Como a defensora acumulará com as Varas em que já atua, o atendimento ocorrerá por agendamento.

Para Lycia, a Defensoria Pública prestigia a diversidade religiosa, em reflexo ao que já preconiza a Constituição Federal, em seu artigo 5º, quando afirma que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. "A liberdade de consciência e de crença é inviolável e a nossa Constituição assegura o livre exercício dos cultos religiosos, garantindo, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias", ressaltou.

A defensora pública também lembrou o livre arbítrio e afirmou que as religiões têm em comum o fato de ajudar seus seguidores a encontrar um significado para o mundo e para a vida. "A nossa diversidade religio-



Foto: Roberto Marcelo/DPE

A DPE-PB, por meio do Necid, agora conta com uma defensora para atuar e fortalecer a luta em defesa da liberdade de expressão religiosa

sa deriva da nossa própria liberdade de pensamento e compreende também outras liberdades, como as de crença, de culto de organização religiosa e de expressão", frisou.

Presenças

Compareceram à apresentação da defensora pública lideranças das religiões Islã, Candomblé, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Igreja das Comunidades Metropolitanas, Igreja Católica Independente, Judaísmo, Igreja Messiânica, Zen Budismo, Jurema Sagrada, Wica Tradicional, Igreja Batista, Umbanda, Espiritismo, Budismo Tibetano, além de representantes de instituições de cunho filosófico como Maçonaria, Thelema e URI Borborema - Iniciativa das Religiões Unidas.

Aumento de casos

De acordo com o coordenador do Fórum Paraibano de Diversidade Religiosa, Saulo

Gimenez, o acompanhamento de casos de intolerância religiosa pelo fórum vem crescendo assustadoramente nos últimos anos. Foram oito casos em 2014, quando o fórum foi criado. Em 2018, o número saltou para 118. Este ano, de janeiro a novembro, já são 123, um aumento de quase 5% em relação ao ano anterior.

Para Saulo, a iniciativa da Defensoria Pública é extremamente importante. "Trata-se de um instrumento que está sendo criado justamente quando temos um aumento exacerbado. Nós temos acompanhado, enquanto fórum, desde 2014 e estamos presenciando esse aumento ano a ano. Por isso procuramos a ouvidora da Defensoria, Andréa Coutinho, para mediar a formalização desse instrumento", disse.

Primeira ação

Esta não é a primeira ação da Defensoria Pública de combate à intolerância.

Em novembro do ano passado, a DPE e vários órgãos lançaram o Observatório Interinstitucional de Violências por Intolerância, que é uma central virtual responsável por receber e acompanhar as denúncias de violências motivadas por preconceitos e atos de intolerância de qualquer natureza.

As pessoas que desejarem reportar casos de intolerância e violência na Paraíba - seja por religião, orientação sexual, identidade de gênero, cor, raça, etnia, orientação ideológica, política ou qualquer outra - devem acessar o formulário disponível do site da Defensoria (www.defensoria.pb.def.br) e responder sobre o tipo de violência, a razão e o contexto.

O sistema também permite que as vítimas indiquem os agressores e informe sobre a existência de provas. Apenas deverão ser registrados casos ocorridos no Estado da Paraíba. O sigilo das informações é garantido.

06

• CORREIO DA PARAIBA

Capa do Jornal

CORREIO DA PARAIBA

JORNALISMO COM ÉTICA E PAIXÃO

PARAIBA, Sexta-feira, 06 de dezembro de 2019 | Ano LXVI, Nº 107 | www.correiodaparaiba.com.br | Fundador: Teotônio Neto | R\$ 2,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE VENDA PROIBIDA

Intolerância religiosa cresce

O Fórum Paraibano da Diversidade Religiosa revela que, este ano, foram reportados 123 casos de intolerância, número que já supera o de 2018. O quadro levou representantes de várias crenças religiosas e filosóficas a se reunirem para definir estratégias de combate ao crime de ódio. Para se ter uma ideia, em todo o País, no ano passado, o Disque 100 do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos recebeu 506 denúncias de intolerância, enquanto na Paraíba a quantidade chegou a 118.

» CIDADES / PÁG. B2

Paraíba registra 123 casos de intolerância religiosa

DIVULGAÇÃO

Portal Correio

A intolerância religiosa continua crescendo na Paraíba. Segundo dados do Fórum Paraibano da Diversidade Religiosa, até o mês de novembro de 2019 foram registrados 123 casos. O número é 4% maior que o acumulado do ano passado, quando foram reportados 118 episódios.

No ano passado, dos 506 casos registrados no Disque Direitos Humanos 23,32% foram da Paraíba, segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Em 2014, seu primeiro ano de atividade, o Fórum recebeu oito denúncias.

Asituação acendeu um alerta e representantes de várias crenças religiosas e filosóficas acionaram a Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB). Durante encontro realizado na semana passada, a defensora pública Lycia Maria Pereira do Nascimento foi designada para atuar nos casos e fortalecer a luta em defesa da liberdade de expressão religiosa. "A liberdade de consciência e de crença é inviolável e a nossa Constituição assegura o livre exercício dos cultos religiosos, garantindo, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias", ressaltou a defensora.

Lycia Maria atenderá no Núcleo Especial de Direitos Humanos (Necid), localizado na Rua Monsenhor Walfredo Leal, em João Pessoa. Como ela acumulará o serviço com as varas em que já atua, o atendimento ocorrerá por agendamento.



Crença. Constituição assegura o livre exercício dos cultos religiosos; denúncias aumentam no Estado

O Fórum conta com representantes do Islã, Candomblé, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Igreja das Comunidades Metropolitanas, Igreja Católica Independente, Judaísmo, Igreja Messiânica, Zen Budismo, Jurema Sagrada, Wica Tradicional, Igreja Batista, Umbanda, Espiritismo, Budismo Tibetano, além de representantes de instituições de cunho filosófi-

co como Maçonaria, Thelema e URI Borborema – Iniciativa das Religiões Unidas.

Observatório. Em novembro do ano passado, foi lançado o Observatório Interinstitucional de Violências por Intolerância, que é uma central virtual responsável por receber e acompanhar as denúncias de violências motivadas por preconceitos e atos de into-

lerância de qualquer natureza.

As pessoas que desejarem reportar casos de intolerância e violência na Paraíba – seja por religião, orientação sexual, identidade de gênero, cor, raça, etnia, orientação ideológica, política ou qualquer outra – devem acessar o formulário disponível do site da Defensoria e responder sobre o tipo de violência, a razão e o contexto.

DENÚNCIAS

> Em 2018, a religião que mais sofreu intolerância religiosa foi a umbanda (72 denúncias), seguido do candomblé (47), as testemunhas de Jeová (31), as matrizes africanas (28) e alguns segmentos evangélicos (23).

OAB defende as religiões

A Comissão de Direito e Liberdade Religiosa da OAB/PB tem atuado especialmente no empoderamento dos devotos, em destaque os de religiões de matrizes africanas, que são os mais visados, segundo das estatísticas. "Em nossas ações, instruímos juridicamente a como identificar situações de assédio, injúria qualificada por elementos de crença, preconceito religioso e como podem acionar as autoridades policiais e o judiciário contra os agressores. As Leis existem, nossa missão é fazê-las cumprir", explica o presidente da Comissão de Direito e Liberdade Religiosa, Franklin Smith Carreira Soares.

LIBERDADE DE CÁTEDRA. PROFESSORES RELATAM AMEAÇAS EM RAZÃO DA ATIVIDADE DE DOCÊNCIA

Órgãos convocam audiência

No Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, será realizada em João Pessoa audiência pública para debater ameaças à liberdade de cátedra em instituições de ensino na Paraíba. A audiência, convocada pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público da Paraíba (MP-PB), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública da Paraíba (DP-PB) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ocorrerá a partir das 13h30, na Escola Cidadã Integral Francisca Ascensão Cunha e de outras escolas que tenham relatos semelhantes, sobre as situações de ameaças à liberdade de cátedra.

A audiência pública será aberta com apresentação cultural do grupo Maracastelo e discurso de abertura do sub-procurador-geral da República, o professor doutor Luciano Mariz Maia.

Em seguida, a palavra será

assegurada à comunidade escolar da Escola Cidadã Integral Francisca Ascensão Cunha, para relatar situações de possíveis assédios e recriação que atingem as práticas escolares da instituição de ensino.

Na sequência, terão assegurada a palavra representantes de órgãos federais, estaduais e municipais, encarregados da efetivação do direito à educação no estado da Paraíba, representantes dos poderes Executivo e Legislativo, de instituições de ensino superior, movimentos sociais, professores e estudantes de outras instituições de ensino e sociedade civil.

Objetivos. O objetivo geral da audiência é expor e discutir sobre as garantias previstas na Constituição, especificamente sobre liberdade de manifestação do pensamento, liberdade de cátedra e as problemáticas e consequências do assédio moral contra professores em entidades de ensino.

A audiência pública terá como objetivos específicos: debater a importância da liberdade de expressão e liberdade de cátedra para a atividade docente; identificar as demandas sociais dos professores no seu ambiente de ensino; além de ouvir os relatos da comunidade escolar da Escola Cidadã Integral Francisca Ascensão Cunha e de outras escolas que tenham relatos semelhantes, sobre as situações de ameaças à liberdade de cátedra.

Convidados. Serão convidados representantes da Comissão de Educação, Cultura e Desportos da Assembleia Legislativa da Paraíba, Câmara Municipal de João Pessoa, Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa, Sindicato dos Trabalhadores

Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba, Movimento Negro, Núcleo de Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba, Representante do Movimento LGBT, Conselho Estadual de Educação da Paraíba, e outras instituições de ensino do estado.

Entenda o caso. Em outubro de 2019, professores procuraram o Ministério Público Federal em João Pessoa para relatar ameaças à liberdade de cátedra e que estariam sob pressão em razão da atividade de docência. Na ocasião, relataram que teriam se sentido intimidados durante a aula de integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL) - defensores do movimento Escola Sem Partido - a uma escola, acompanhados por vereadores da capital. No início de novembro, o Conselho Estadual de Educação da Paraíba lançou nota técnica pela defesa ampla e irrestrita aos princípios e



Em JP. Audiência ocorrerá na Escola Francisca Cunha, nos Bancários

direitos da liberdade de cátedra, pluralismo de ideias e da gestão democrática do ensino.

Também em novembro, a Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba se comprometeu a afixar em todas as 663 escolas estaduais, em local visível, de fácil acesso, cartazes com o conteúdo do artigo 7º da Lei Estadual nº 11.230/2018: "Escola é terri-

tório aberto do conhecimento e livre de censura: repressão ideológica não é legal". A Secretaria Estadual de Educação também se comprometeu a enviar esforços para evitar invasões nas escolas por parte de quem quer que seja.

O edital de convocação da audiência pública está disponível no site do MPT-PB (www.prt13.mpt.mp.br).

07

"Dia do Laço Branco"

Assembleia discute papel dos homens no combate à violência contra as mulheres

"Essa luta não deve ser só das mulheres. É de todas elas e também dos homens e da sociedade em geral". A afirmação foi feita ontem pela presidente da Comissão de Combate à Violência Contra Mulher da OAB-PB, Izabelle Ramalho, ao discursar durante a audiência pública "Dia do Laço Branco" - homens pelo fim da violência contra as mulheres" no plenário da Assembleia Legislativa do Estado.

O evento faz parte de uma série de outros que integram a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher: A campanha é uma idealização do Núcleo de Gênero do Ministério Público da Paraíba (MPPB), com o apoio do Tribunal de Justiça, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Defensoria Pública, Governo do Estado e algumas prefeituras.

Audiência foi presidida pelo deputado Cabo Gilberto, proposta pela Comissão dos Direitos da Mulher da Assembleia e, como os demais eventos da campanha, teve



Foto: Nil Peimira

Campanha integra campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher, do MPPB

como objetivo conscientizar os homens sobre o papel que precisam desempenhar para colaborar com o fim da discriminação e violência contra as mulheres. No Brasil, as ações em alusão a este dia são coordenadas pela Rede de Homens pela Equidade de Gênero (RHEG).

Em seu pronunciamento, Izabelle Ramalho também argumentou que o Poder Legislativo tem papel funda-

mental nessa luta que é de todos, especialmente porque, como responsável pela elaboração das leis, pode não somente resolver, mas também prevenir o combate. A promotora de Justiça de Defesa do Direito da Mulher do Ministério Público Estadual, Rosane Araújo, também se pronunciou afirmando que a Assembleia está de parabéns por ter tomado a iniciativa de também abordar, junto com a

população, o enfrentamento à violência contra as mulheres.

"O interesse de todos é que se construa uma sociedade igualitária para que a gente possa se valer de forma igual. É essa a importância de uma sessão como esta, trazer visibilidade pelo fim da violência contra as mulheres e mostrar que tem homens dispostos a abraçar essa causa pelo fim da violência", analisou ela.

'Programa Mulher Protegida' garante selo para a Paraíba

Comenda faz parte do Programa Paraíba pela Paz, executado pelo Governo do Estado, por meio da Sesds

O Programa Mulher Protegida, que faz parte do Programa Paraíba pela Paz, executado pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria da Segurança e da Defesa Social (Sesds), recebe nesta quarta-feira (11) o Selo de Práticas Inovadoras 2019 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). O selo é uma parceria do fórum com o Instituto Avon e tem o objetivo de reconhecer práticas desenvolvidas pelas instituições policiais, guardas municipais e órgãos do sistema de justiça criminal que têm se destacado na implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência contra meninas e mulheres.

De acordo com a coordenadora das Delegacias da Mulher na Paraíba, delegada Mai-

sa Félix, que vai representar o Estado na entrega do selo, o Mulher Protegida engloba iniciativas em rede entre as instituições de Segurança Pública, outras secretarias estaduais, e ainda Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e sociedade civil, e envolve o dispositivo SOS Mulher, ações educativas e outras práticas voltadas para a proteção da mulher, como a Patrulha Maria da Penha, recém-criada, iniciativa da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana, que se desenvolve em parceria com a Sesds e as Polícias Militar e Civil.

As experiências vencedoras da edição 2019 receberão o selo em solenidade que acontece às 19h, no Museu da Casa Brasileira, em São Paulo (SP).



Campanha pretende arrecadar 200 toneladas de alimentos para doação

Defensoria faz coleta para Natal sem Fome

A Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado da Paraíba é mais um ponto de coleta da Campanha Natal sem Fome. A caixa de doações ficará disponível até o próximo dia 18 de dezembro, na recepção da administração, que fica localizada na Rua Deputado Barreto Sobrinho, 168, bairro de Tambiá, em João Pessoa.

A campanha foi lançada no dia 9 de novembro e pretende arrecadar 200 toneladas de alimentos não

perecíveis que vão ser distribuídos para 700 famílias carentes do Estado.

Campanha

Uma das mais tradicionais campanhas do gênero do Brasil, o Natal sem Fome é uma iniciativa da ONG Ação da Cidadania, fundada em 1993 pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. O tema da campanha deste ano é o mesmo do ano passado, "A fome não é fake".



Sony Lacerda

sonylacerda@correiodaparaiba.com.br

Liberdade religiosa

Minha mãe sempre me diz que para tudo na vida há um limite. É necessário. Existe uma diferença entre o humor e ser jocoso, desrespeitoso. É o caso do filme apresentado pelo grupo Porta dos Fundos, "Especial de Natal Porta dos Fundos 2019: A Primeira Tentação de Cristo", que tem provocado protestos, inclusive, o meu.

A Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraíba, através da Comissão de Direito e Liberdade Religiosa, juntamente com o Fórum Diversidade Religiosa - Paraíba e a Coordenadoria de Crimes de Intolerância Religiosa da Defensoria Pública do Estado, divulgou uma nota de repúdio e a frente à fé cristã, ontem, e eu republico nesse espaço. Eu acredito que é preciso respeitar pessoas e suas escolhas religiosas. Não faça com os outros o que você não quer para si. É o melhor ditado.

"A liberdade de pensamento e de expressão não podem ser usadas para o vilipêndio de um dos valores mais caros para a sociedade como é a religião e, ao apresentar a vida de Jesus Cristo da maneira que está encartada no filme ofende diretamente o sentimento de, aproximadamente, 124 milhões de brasileiros, bem como um número indefinido de devotos de outras religiões que foram ofendidos em trabalhos anteriores do grupo.

Entendemos, também, que nenhum direito fundamental é absoluto e que a mesma liberdade de expressão não pode ser usada como escusa para práticas desta natureza, pois ao abonar condutas assim amesquinha-se o valor das crenças humanas ao mesmo tempo que abona o que é um claro vilipêndio e escárnio religioso.

Aguardamos que as autoridades competentes tomem as providências que o caso requer, e na medida que a afronta exige, na mesma senda que esperamos que os autores desta violência reflitam a respeito de seus atos, reconhecendo o próprio erro, da maneira mais humilde possível, e façam um reencontro com o seu ofício, e que possam promover humor genuíno como uma maneira de trazer alegria para seus espectadores."

EM JOÃO PESSOA

Realizada audiência sobre liberdade de cátedra

Uma audiência pública sobre liberdade de cátedra em instituições de ensino na Paraíba marcou o Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, na última terça-feira (10), em João Pessoa. A audiência para debater ameaças à liberdade de expressão em sala de aula aconteceu na Escola Cidadã Integral Francisca Ascensão Cunha (FAC), no bairro dos Bancários, na Capital.

A audiência – convocada pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público da Paraíba (MP-PB), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública da Paraíba (DP-PB) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – começou às 13h30, com uma apresentação cultural do grupo Coletivo Maracastelo.

Em seguida, houve a abertura com uma palestra do subprocurador-geral da República Luciano Mariz Maia, que falou sobre suas experiências na docência, sobre a importância do professor e da sua liberdade de expressão, sobre igualdade de gênero, diversidade sexual.

“O professor compartilha sonhos e esperanças e são esses sonhos e esperanças que vão transformar a realidade. O branco e o preto são poucos para simbolizar a diversidade humana. É dessa necessidade de expressar a pluralidade que

eu preciso trazer muitas cores para a vida de todo mundo”, exemplificou subprocurador Luciano Maia.

Em seguida, a palavra foi assegurada à comunidade escolar. Professores, alunos e mãe de aluno falaram sobre respeito à diversidade e deram depoimentos emocionados. Na sequência, falaram as autoridades da mesa, representantes de órgãos federais, estaduais e municipais, sindicatos, movimentos sociais, parlamentares.

A procuradora-chefe do MPT-PB, Myllena Alencar, ressaltou que o Ministério Público do Trabalho é parceiro da sociedade e que trabalhadores da educação têm o apoio da instituição. “O trabalhador tem que sair de casa para trabalhar e voltar com a mesma dignidade. Tenham no MPT um parceiro”, ressaltou.

Cartazes. O secretário de Estado da Educação, Cláudio Furtado, ao responder as indagações do procurador da República José Godoy, ratificou o acordado em reunião prévia realizada na Secretaria Estadual de Educação, no último dia 18, de que implementaria o disposto no artigo 7º da Lei Estadual nº 11.230 de 2018 nas 663 escolas estaduais da Paraíba.

De acordo com o referido artigo, as instituições de ensino

das redes públicas e privadas ficam obrigadas a afixar cartazes com os seguintes dizeres: “Escola é território aberto do conhecimento e livre de censura: repressão ideológica não é legal. Lei estadual nº 11.230/2018”. Ademais, salientou que a Secretaria de Educação, formalmente, não recebeu nenhuma denúncia em face de professores da Escola Cidadã Francisca Ascensão Cunha, e que a Procuradoria Geral do Estado seria comunicada para tomar medidas, inclusive judiciais, para fazer cessar as ameaças e restrições à liberdade de ensino e aprendizagem.

Nova reunião. O procurador José Godoy, no fechamento da Audiência Pública, acrescentou que será marcada reunião em janeiro, junto aos órgãos integrantes do Observatório Interinstitucional de Violências por Intolerância na Paraíba, para discutir ações para a implementação do artigo 7º da Lei 11.230/2018 em todas as escolas (públicas e privadas) e instituições de ensino técnico e superior.

Participantes. Além da diretora da Escola, Liliene Alves de Sousa, a mesa foi formada por representantes das instituições que promoveram a audiência, o MPF, representado pelo procurador da República José Godoy Bezerra de Souza,



Na Capital, Audiência na FAC contou com o subprocurador-geral da República Luciano Mariz Maia

pelo procurador Regional dos Direitos do Cidadão José Guilherme Ferraz da Costa e pelo procurador-chefe da Procuradoria da República na Paraíba, Sérgio Rodrigo Pimentel; Ministério Público do Trabalho, representado pela procuradora-chefe do MPT-PB Myllena Alencar; Ministério Público da Paraíba, representado pela promotora de Justiça, e coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente, Juliana Couto Ramos Sarda; Defensoria Pública da União, representada

pela Defensora Regional dos Direitos Humanos Marcella Sanguinetti; Defensoria Pública do Estado da Paraíba, representada pela Defensora Pública Lydiana Cavalcante e; Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraíba, representada pela presidente da Comissão de Direitos Humanos Leilane Soares.

Entenda o caso. Em outubro de 2019, professores procuraram o MPF em João Pessoa para relatar a ameaça à liberdade de cátedra e que

estariam sob pressão em razão da atividade de docência. Na ocasião, relataram que teriam se sentido intimidados durante a ida de integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL) - defensores do movimento Escola Sem Partido - a uma escola, acompanhados por vereadores da Capital. No início de novembro, o Conselho Estadual de Educação lançou nota pela defesa ampla e irrestrita aos princípios e direitos da liberdade de cátedra, pluralismo de ideias e da gestão democrática do ensino.

Orçamento para 2020 prioriza investimentos

André Gomes

O orçamento para 2020 do Governo da Paraíba que aguarda por aprovação na Assembleia Legislativa (ALPB) prevê um aumento de recursos para todas as secretarias e também para os poderes em uma previsão de R\$ R\$ 11.872.020.067,00, sendo R\$ 8.482.131.979,00 para os gastos da máquina e R\$ 3.389.888.088,00 destinado a Seguridade Social. Entre as secretarias mais privilegiadas estão as de Infraestrutura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente com elevação orçamentária de 110% e a de Governo com 18,25%.

Conforme a peça orçamentária encaminhada pelo governador João Azevêdo a ALPB, o secretário de Infraestrutura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente, Deusdete Queiroga, terá a disposição um total de R\$ 1.497.993.992,00. Em comparação com o valor destinado a pasta este ano, o acréscimo foi de R\$ 787.423.455. Já a Secretaria de Governo, comandada por Edvaldo Rosas, terá um orçamento de R\$ 2.319.758.528,00.

Quem também ganhou com



ARQUIVO

Expectativa. Governador João Azevêdo projeta que o ano de 2020 será de crescimento na Paraíba

o próximo ano, sendo o maior repasse será para o Tribunal de Justiça que terá a disposição um total de R\$ 1.010.007.821,00, o que representa um acréscimo de 14,26% em relação ao orçamento deste ano no valor de R\$ 883.992.647,00.

A Assembleia Legislativa parece logo em seguida com o segundo maior orçamento com R\$ 310.800.740,00; o Ministério Público com R\$

269.927.239,00; o Tribunal de Contas do Estado com o total de R\$ 144.585.093,00 e a Defensoria Pública com R\$ 81.824.731,00.

Na Mensagem enviada pelo governador João Azevêdo a ALPB, ele explica que o valor estimado no Projeto de Lei para o exercício financeiro de 2020, incluindo todas as receitas, inclusive das empresas independentes, com as deduções obrigatórias para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de

mínima exigida pela legislação pertinente quanto à manutenção às ações e serviços públicos de saúde.

“Esta Proposta de Lei Orçamentária é resultante de uma análise econômica e financeira, a partir de cenários macroeconômicos do Brasil e da Paraíba, como também, otimização das despesas correntes e melhorar a qualidade do investimento, onde a presente Proposta Orçamentária concilia os princípios da responsabilidade fiscal com a

BENS PÚBLICOS. PREFEITURA DE CABEDELO RECEBERÁ PRÉDIOS E, EM TROCA, BANCARÁ OBRAS

TJ transfere imóveis e terá fórum reformado

Anteprojeto de lei que prevê a transferência de dois imóveis do Tribunal de Justiça da Paraíba para o Município de Cabedelo foi aprovado na sessão administrativa do Pleno do TJPB, no dia 11. A medida fica condicionada à conclusão da obra de reforma e ampliação do prédio do Fórum da Comarca de Cabedelo pelo Município, conforme disposto no Protocolo de Intenções nº 01/2019, assinado

no dia 30 de outubro.

As propriedades transferidas estão edificadas em um único terreno, onde funcionam, atualmente, o Juizado Especial e a Defensoria Pública (cessão de uso). A título de compensação, o Município realizará a reforma e a ampliação do Fórum, de acordo com Plano de Trabalho, Projetos e Peças Técnicas fornecidos pelo TJPB, cujo orçamento da obra foi pre-

viamente estipulado.

“As decisões refletem a conjugação de esforços do TJPB e do Município de Cabedelo na busca de soluções financeiras viáveis para melhor utilização dos bens públicos, em harmonia com os princípios da Administração Pública”, justificou o presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, autor do anteprojeto de lei, acrescentando que a

medida harmoniza interesses de ambas as partes.

Márcio Murilo afirmou, também, que a partir do incremento das instalações do Fórum de Cabedelo haverá melhor atuação do Poder Judiciário, haja vista o funcionamento concentrado no mesmo espaço físico, com instalações devidamente planejadas, corroborando para o melhor acesso da população à Justiça local.

Sistema Socioeducativo

O presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, assinou um Acordo de Cooperação Técnica para a implantação da aprendizagem profissional nas unidades de internação do Sistema Socioeducativo 'Edson Mota', de João Pessoa, e no Lar do Garoto 'Padre Otávio Santos', em Lagoa Seca. A solenidade de assinatura aconteceu no auditório do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, no Cabo Branco. Também são signatários do acordo pioneiro no Estado a Fecomércio, Sesc e Senac, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano, a Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida (Fundac), o Ministério Público do Trabalho, a Superintendência Regional do Trabalho da Paraíba, o Ministério Público estadual e a Defensoria Pública do Estado.

Na Fundac

Projeto-piloto de aprendizagem profissional beneficia socioeducandos

O Governo do Estado, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Humano e da Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida, celebrou Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Trabalho que vai beneficiar 60 socioeducandos com o Programa de Aprendizagem Profissional.

A solenidade, que firmou a parceria entre as instituições, aconteceu nesta semana, no auditório do Centro de Turismo e Lazer Sesc Cabo Branco, em João Pessoa, e contou com as presenças de representantes do Poder Judiciário e da Federação do Comércio da Paraíba.

O Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo a implantação da Aprendizagem Profissional Comercial, em Serviços Administrativos, em duas Unidades Socioeducativas do Estado, uma em João Pessoa (Centro Socioeducativo Edson Mota) e outra em Lagoa Seca (Lar do Garoto). O curso vai ser executado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac, para 30 alunos de cada Unidade, divididos em dois turnos, cada um com 15 socioeducandos, que deverão cumprir carga horária de 1.272 horas,



Foto: Seccom-PB

A solenidade, que firmou a parceria entre as instituições, aconteceu no auditório do Sesc Cabo Branco, em João Pessoa

no período de 10 meses.

Durante a solenidade, além do Governo do Estado (através da SEDH e Fundac) e do MPT (através da Procuradoria Regional do Trabalho da 13ª Região), celebraram o Acordo de Cooperação Técnica representantes da Superintendência Regional do Trabalho, do Tribunal de Justiça do Estado, do Ministério Público, da Defensoria

Pública, e da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado da Paraíba (Fecomércio/PB).

Para a procuradora-chefe do MPT na Paraíba, Myllena Alencar, "trata-se de um termo de cooperação importantíssimo, na medida em que pretende garantir a profissionalização e a ressocialização de jovens que cumprem medidas socio-

educativas, oferecendo-lhes uma nova oportunidade de vida, por meio da experiência profissional; um novo norte, que lhes restaurará a esperança, por meio do trabalho, de maneira legalizada e com dignidade. A participação de todos os entes envolvidos e o comprometimento das empresas contratantes serão indispensáveis ao sucesso do programa", ressaltou.



A UNIÃO



126 ANOS - PATRIMÔNIO DA PARAÍBA

Ano CXXVI Número 275

João Pessoa, Paraíba - DOMINGO, 22 de dezembro de 2019 - R\$ 2,00 - Assinatura anual R\$ 200,00

Estado monitora violência doméstica contra crianças

Reportagem especial mostra casos de violência contra criança e adolescente e as ações do Governo para proteger as vítimas. [Páginas 6 e 7](#)

Entrevista

Foto: D/E



Defensora pública discute intolerância religiosa na PB

Lycia Maria Pereira é a designada pela Defensoria Pública da Paraíba para atuar em casos de intolerância religiosa e analisa a situação atual no Estado. [Páginas 3 e 4](#)

Foto: Ortilo Antônio



“No Brasil, o que vemos é uma ode à hipocrisia”

Defensoria Pública na Paraíba designa Lúcia Maria Pereira para atuar nos casos de intolerância religiosa



Nara Valusca
nara.valusca@gmail.com

O Brasil é um país laico. Isso significa que o Estado é oficialmente imparcial em relação às questões religiosas, não apoiando nem se opondo a nenhuma. O cidadão brasileiro tem, portanto, liberdade para escolher e exercer a sua fé, a sua crença e o seu ritual religioso, como também tem o direito à descrença.

Cerceamentos desses direitos, agressões físicas ou verbais, discriminação, ofensas ou qualquer tipo de preconceito com relação à religião do outro são considerados atos de intolerância religiosa, caracterizando crimes de ódio, de acordo com a legislação brasileira, desde 2007.

A lei, no entanto, não é suficiente para impedir que esse tipo de crime ocorra com frequência no Bra-

Os crimes de ódio se caracterizam pela “discriminação ou intolerância contra uma coletividade ou referências a elementos específicos de raça, cor, religião, procedência nacional e etnia, de maneira tal que ofendam a dignidade humana, e não somente determinado indivíduo”, segundo definição da Polícia Federal

sil. A punição prevista para quem comete crimes de ódio carece ainda de maior força e aplicabilidade efetiva. A crença na impunidade tem permitido que a intolerância religiosa esteja presente na sociedade e que, até mesmo, tenha se acirrado nos últimos tempos. Praticamente todos os estados brasileiros registraram crescimento no número de denúncias em 2019. Isso, sem mencionar as subnotificações, que devem ser significativas, considerando que há poucas delegacias

especializadas no país e ainda pouca informação sobre esse tipo de crime.

Na Paraíba, os casos saltaram de oito registros, em 2014, quando foi criado o Fórum Diversidade Religiosa - Paraíba, para 118, no ano passado, e 123, este ano, até o mês de novembro.

Por conta desse crescimento, e para atender a solicitação de representantes de várias crenças, a Defensoria Pública do Estado da Paraíba, por meio do Núcleo Especial de Direitos Humanos (Necid), designou uma defensora para atuar nestes casos e fortalecer a luta em defesa da liberdade de expressão religiosa. Lúcia Maria Pereira do Nascimento foi apresentada oficialmente no final de novembro, numa solenidade que reuniu representantes de crenças diversas. “A liberdade de consciência e de crença é inviolável e a nossa Constituição assegura o livre exercício dos cultos religiosos, garantindo, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias”, ressaltou a defensora.

Lúcia concedeu entrevista exclusiva ao jornal A União em que fala sobre a sua missão, as definições legais sobre o crime de ódio e os meios para que violações aos direitos sejam denunciadas na Paraíba.

A entrevista

Que atitudes a legislação brasileira considera intolerância religiosa e como elas são vistas perante a lei?

Agressão física, verbal ou psíquica, vilipêndio a espaço ou objetos, postagens de cunho racista envolvendo as religiões, desrespeito às práticas religiosas em locais públicos e privados, escárnio quanto a vestimentas, adereços e símbolos, sequestro ou cárcere privado para impor práticas religiosas diferentes a outrem, brigas de vizinhos ou com outros que envolvam calúnias ou difamações, entre tantos outros.

Que tipos de punição são previstos para estes casos?

Vai variar de caso para caso, onde a punição pode ser de uma simples retratação, nos casos leves, até a prisão em regime fechado, nos casos mais graves. Lembrando que a intolerância religiosa é crime de ódio.

O Brasil foi considerado, ao longo dos anos e séculos, um país tolerante com a diversidade religiosa. Isso é real? O que você tem percebido com relação à crença religiosa?

Tolerar nunca foi sinônimo de respeitar; se tolera algo, às vezes, por força de lei ou ato social, mas respeitar requer conhecimento do diverso e construção social baseada no diálogo. O que vemos no Brasil é uma ode à hipocrisia, onde se tolera, mas não se respeita. Vemos isso todos os dias com os casos de intolerância religiosa que tomamos conhecimento. Com isso, chegamos às relações entre os credos e religiões, onde acontece um avanço no país com o fomento dos fóruns de diálogo inter-religioso e em prol da liberdade religiosa. Lideranças religiosas preocupadas com o aumento dos casos uniram forças para o combate. Um exemplo interessante aqui no Estado é o Fórum Diversidade Religiosa - Paraíba que reúne 25 instituições/religiões sobre a



Representantes de várias religiões participaram, em novembro passado, da solenidade de nomeação de Lúcia

mesma bandeira de luta, e que ao longo de cinco anos de atuação ajudou a construir políticas públicas de combate à intolerância religiosa, manutenção da laicidade estatal, respeito ao diálogo inter-religioso e à liberdade religiosa, assim como a preocupação com um ensino religioso que respeite as diferenças e caminhe com as religiões, sem proselitismo em sala de aula.

Há uma evidente discriminação mais forte com relação às religiões afro. Você acredita que isso é ainda um legado do perío-

“Tolerar nunca foi sinônimo de respeitar; se tolera algo, às vezes, por força da lei ou ato social, mas respeitar requer conhecimento do diverso e construção social baseada no diálogo”

do da escravidão no Brasil?

A intolerância religiosa não escolhe credo, cor ou indivíduo, todos somos passíveis a ela. Geralmente, as religiões tidas como minoritárias sofrem mais abusos ou achincalhamentos. Hoje, na Paraíba, as maiores vítimas são as religiões de matriz africana, mas seguidas de perto por outras religiões minoritárias. Quanto ao legado colonial da escravidão, acredito, sim, que ele existe enraizado nos preconceitos e ignorâncias, onde não assumimos nossa identidade cultural e sanguínea e nem aceitamos a mistu-

ra que somos, sangue negro, sangue indígena e sangue português.

De que forma a Defensoria Pública atuará para combater o crime de intolerância religiosa e garantir a liberdade de crença, prevista na Constituição?

Ajudando o cidadão na garantia de seus direitos. Hoje, disponibilizamos uma sala para a triagem e escuta das demandas, de lá, organizamos o processo e damos os encaminhamentos jurídicos. Sempre acompanhando as etapas e humanizando o serviço.



Preocupadas com crescimento da intolerância, lideranças religiosas vêm unindo forças na Paraíba

“A intolerância religiosa no Brasil não escolhe credo, cor ou indivíduo; todos somos passíveis a ela. Porém, hoje, as maiores vítimas são as religiões de matriz africana, seguidas por outras religiões minoritárias”

■ CURIOSIDADES

■ 1 - Quanto à religião, o regime pode ser teocrático ou confessional ou laico. No Estado teocrático, o poder político é exercido, em nome de uma autoridade divina, por homens que se declaram seus representantes na Terra. Alguns estudiosos citam apenas o Vaticano nos dias atuais como exemplo de teocracia. Outros, porém, incluem ainda o Irã.

■ 2 - No estado confessional, uma única religião é reconhecida oficialmente pelo Estado. A maioria dos países islâmicos são estados confessionais, à medida que não permitem o exercício de outras crenças religiosas.

■ 3 - Por fim, no estado laico, as instituições públicas e a sociedade civil mantêm independência em relação às diretrizes e aos dogmas religiosos. Também não se permite, teoricamente, pelo menos, a ingerência direta de qualquer organização religiosa nos assuntos de Estado.

“Conscientizar o cidadão é o maior desafio”, diz defensora

Especialmente no interior, denúncias são qualificadas como crimes de ódio por desinformação, lamenta Lygia Pereira

Nara Valuska
naravaluska@gmail.com

A defensora pública Lygia Maria Pereira enfatiza a importância de se criar mais delegacias especializadas, que possam receber as denúncias sobre crimes de ódio e dar os encaminhamentos corretos. Ela cita dificuldades especialmente no interior, onde as denúncias são qualificadas como crimes de ódio por desinformação das próprias autoridades.

Lygia comenta ainda o trabalho realizado pelo Fórum Paraibano de Diversidade Religiosa e orienta o cidadão sobre quando e onde fazer a denúncia em casos de intolerância religiosa. Confira o restante da entrevista.

Com relação à Paraíba, especificamente, quais os maiores problemas que enfrentamos com relação a esse tema?

O maior desafio é o entendimento da sociedade que esse é um crime de ódio e que fere e machuca as vítimas

onde dói mais, no coração da fé. Notamos a falta de empatia para com o próximo, o que deixa muito vulneráveis as pessoas, que desacreditam no sistema policial ou jurídico e nelas mesmas, pois se vêem atacadas. Hoje, há muita dificuldade nas cidades do interior no tocante a qualificar a intolerância religiosa na delegacia; alguns delegados não creditam a qualificação por acharem que é uma briga comum de vizinhos ou não enxergam o vilipêndio a objetos sagrados por não conhecerem a liturgia de quem é agredido. Precisamos de mais delegacias especializadas, como o caso da cidade de João Pessoa na batuta de Marcelo Falcone, que magistralmente conduz as diligências, BOs e TCOs, com a devida qualificação, pois é especialista no assunto. O enfrentamento hoje é feito pelos membros do Fórum de Diversidade Religiosa - Paraíba em conjunto com a Comissão de Direito e Liberdade Religiosa da Ordem dos Advogados do Brasil/PB e agora da Defensoria Pública do Estado,



Foto: Ascom/DPE

Defensora vai atuar no combate à intolerância religiosa na Paraíba em parceria com lideranças de várias religiões

que constroem uma rede sólida de combate e de produção de projetos sobre o viés.

O Fórum Diversidade Religiosa - Paraíba tem registrado um crescimento bastante significativo de casos de intolerância religiosa no Estado. Isso é uma realidade só nossa e vem como resultado de uma radicalização maior em todo o Brasil no que diz

respeito às diferenças?

O fórum é um forte baluarte nessa luta. Graças a ele, temos dados desde 2014 e do assustador crescimento dos crimes de intolerância religiosa no Estado. A Paraíba é uma das pioneiras no tocante à luta, mas mesmo assim, padecemos com o aumento; mas não é só nosso crescimento. Segundo o Governo Federal, através do Disque 100, o Brasil sentiu esse aumento ao

longo dos últimos três, quatro anos. Portanto, a tendência, se não fizermos nada, é de aumentar ainda mais. Por isso, urge que os municípios e o Estado da Paraíba criem coordenadorias específicas para ajudar a combater esse aumento.

Como a população pode denunciar casos de intolerância religiosa?

Em primeiro lugar, procurar uma delegacia e pres-

tar um BO ou TCO, explicando ao delegado os detalhes para que haja a qualificação correta de intolerância religiosa. No caso da Grande João Pessoa, procurar a Delegacia Especializada na Avenida Francisco Moura, 36, no centro da cidade, e procurar pelo delegado Marcelo Falcone. Para buscar assessoria jurídica, Defensoria Pública, as pessoas podem procurar o Núcleo Especial de Direitos Humanos, na Avenida Walfredo Leal, 487, no bairro de Tambiá. O atendimento é feito por agendamento e, se não puder ir pessoalmente, também há a opção de fazer a denúncia no Observatório Interinstitucional de Violência por Intolerância no site da Defensoria (www.defensoria.pb.def.br). As pessoas também podem procurar o Fórum Diversidade Religiosa - Paraíba através do 83 99869-7122 e falar com Saulo Gimenez. Ou, ainda, ligar para o disque 100, número do Governo Federal que atende também a demandas de violências.

Apoio. A partir de fevereiro comarca de Piancó vai receber o Projeto Tempo de Despertar, formulado pelo juiz Pedro Davi Alves, e pelo defensor público, Lucas Soares. A iniciativa visa prevenir e combater a violência doméstica contra a mulher.

Parabéns. Defensores públicos de várias comarcas do Estado receberam Votos de Aplausos da Defensoria Pública pela destacada atuação em suas áreas esse ano. A homenagem foi conferida pelos integrantes do Conselho Superior da Instituição.

Balanço.. O defensor público-geral e presidente do Conselho, Ricardo Barros, felicitou a todos, traçou um retrospecto positivo desse primeiro ano de gestão e comunicou o início das transmissões ao vivo das sessões do Órgão e das licitações através do canal YouTube.



Setenta e quatro defensores públicos receberam Votos de Aplausos da Defensoria Pública do Estado da Paraíba pela destacada atuação em suas áreas durante este ano. Na ocasião, o defensor público-geral Ricardo Barros comunicou o início das transmissões ao vivo das sessões do Órgão através de canal no YouTube.

Projeto combaterá violência doméstica contra a mulher

“Tempo de Despertar” será implantado pela Justiça, em fevereiro do próximo ano, no município de Piancó

A partir de fevereiro do próximo ano, a Comarca de Piancó receberá, a o Projeto Tempo de Despertar, formulado pelo titular da 1ª Vara Mista da unidade, juiz Pedro Davi Alves de Vasconcelos, e pelo defensor público, Lucas Soares Aguiar. A iniciativa tem como objetivo prevenir e combater a violência doméstica contra a mulher, bem como diminuir a reincidência de casos na Comarca. O projeto segue os moldes da ação implantada em Princesa Isabel, mas, desta vez, contará com o apoio da Prefeitura Municipal de Piancó, que, por meio de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao Ministério Público, se obrigou a promover políticas públicas relacionadas a este fim.

De acordo com o magistrado, os homens autores de violência doméstica contra a mulher, que estejam respondendo a inquérito policial, procedimento de medidas protetivas, de prisão em flagrante ou processos criminais em andamento serão o público-alvo. As exceções são os agressores que estejam com sua liberdade cerceada; de crimes sexuais; dependentes químicos com comprometimento; portador de transtornos psiquiátricos; e autor de crimes dolosos contra a vida. Os infratores serão entrevistados individualmente para explicar o projeto, que será realizado por meio de encontros semanais.

“Durante o encontro, ele fará reflexões junto a psicólogos, assistentes sociais, policiais, representantes do Judiciário, da Defensoria e do MP, que tratarão do tema como forma de arrefecer essa cultura machista, que é, sobretudo, mais agravada no Nordeste brasileiro. Esse tipo de projeto tem influência direta nos números de violência doméstica”, explicou o juiz Pedro Davi, enfatizando que os agressores serão encaminhados pela Defensoria Pública e Ministério Público.

O juiz também salientou que há uma percepção acerca da dependência da vítima de violência doméstica, seja afetiva ou econômica, especialmente nos municípios do interior. “Isso dificulta o conhecimento da autoridade e prolonga a violência. Além disso, ainda há um preconceito da própria sociedade em razão das consequências de uma denúncia dessas”, afirmou. Dessa forma, as vítimas também participarão do projeto, sendo encaminhadas ao Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e ao Centro de Referência Especializada de Assistência Social (Creas), onde participarão de oficinas de capacitação e geração de renda. “Futuramente, a região contará com a abertura de uma fábrica de gesso, e essas mulheres poderão ser qualificadas para trabalharem no local”, destacou Pedro Davi.

Do Sistema Socioeducativo

TJPB assina acordo de aprendizagem profissional para internos

Antes do recesso, o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, assinou um Acordo de Cooperação Técnica, que tem por objetivo a implantação da aprendizagem profissional nas unidades de internação do Sistema Socioeducativo 'Edson Mota', de João Pessoa, e no Lar do Garoto 'Padre Otávio Santos', na cidade de Lagoa Seca. Também são signatários do acordo pioneiro no Estado a Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado da Paraíba (Fecomércio, Sesc e Senac), a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano, a Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida (Fundac), o Ministério Público do Tra-

balho, a Superintendência Regional do Trabalho da Paraíba, o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública do Estado.

Conforme o documento, serão executados cursos na modalidade presencial, do Programa de Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos do Senac. O projeto está previsto para ter início em março de 2020, com carga de 1.272 horas de aulas teóricas e práticas. Cerca de 60 internos, que cumprem medidas socioeducativas, serão beneficiados com a ressocialização através da aprendizagem profissional.

O desembargador-presidente, Márcio Murilo, ressaltou a iniciativa como importante, enfatizando

que é dever do Judiciário estadual propiciar os meios de recuperação de adolescentes em conflito com a lei, em situação de risco e de hipossuficiência social. "Esse Termo de Cooperação, envolvendo várias instituições, levará credibilidade e esperança para esse público infantojuvenil. Parabenizo a juíza Antonieta Maroja que esteve à frente para que o Tribunal de Justiça participasse desse convênio. Estou muito feliz em poder contribuir para a ressocialização desses jovens", salientou, destacando o baixo índice de reincidência em outros estados, após a implantação de programas com esta finalidade.

A coordenadora da Seção de Assistência Psicos-

social da Vara da Infância e Juventude de Campina Grande, Mickaelli King, que representou o juiz Hugo Gomes Zaher, explicou que o projeto foi construído com a participação de vários órgãos parceiros do TJPB e que a pretensão é expandir para a cidade de Sousa. "Nessa primeira experiência, vamos avaliar quais são as perspectivas de inserção desses 60 internos já formados no mercado de trabalho. A princípio, serão apenas as unidades masculinas, mas, pretendemos expandir para as unidades femininas, aqui em João Pessoa", disse a coordenadora, informando que o projeto nasceu de um grupo de trabalho interinstitucional existente na área da Infân-

cia e Juventude de Campina Grande.

O presidente da Fecomércio, Marcone Medeiros, observou que a ressocialização, proposta pela iniciativa do acordo de cooperação, trata-se de um dos grandes objetivos da Justiça. Para ele, além de punir, quando necessário, o Judiciário também se preocupa em ressocializar os adolescentes em conflito com a lei. "Fico muito feliz, porque o Senac é uma instituição preparada para dar uma formação profissional, tanto à sociedade no nosso Estado, como, principalmente a esses, que depois de cumprir com a sua responsabilidade com a Justiça, têm que ser integrados novamente no mercado de trabalho. Essa

é a nossa grande preocupação", realçou.

Para o procurador-geral de Justiça, Francisco Seráfico da Nóbrega Filho, o grande objetivo do Termo de Cooperação é integrar todas as instituições, que lidam com a temática da ressocialização de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, buscando uma atuação conjunta no sentido de oferecer cursos profissionalizantes, de modo que eles possam retornar ao convívio social, efetivamente, com um futuro garantido. "O Ministério Público, através do Centro Operacional de Apoio à Infância, almeja, justamente, fortalecer essa política institucional voltada à proteção dos direitos da criança e do adolescente", concluiu.

